A superestrutura do sistema do turismo: uma comparação entre as concepções de Boullón e Beni

Superstructure of the tourism system: a comparison between Boullón's and Beni's concepts

Alcimara Meira Gonçalves Andrukiu (ANDRUKIU, A. M. G.)[*]
Miguel Bahl (BAHL, M.)[**]

RESUMO - O Turismo, complexo fenômeno socioespacial, pode ser analisado sob a visão sistêmica, sendo conhecido como Sistema do Turismo (Sistur). Tem-se por objetivo no presente trabalho apresentar uma breve análise comparativa entre a maneira de concepção sustentada por Roberto Boullón e Mário Carlos Beni no que se refere à "Superestrutura", que é um dos componentes do Sistema de Turismo. Após a pesquisa bibliográfica, verificou-se que para Beni a Superestrutura deve receber forte atuação do poder público, enquanto que para Boullón é possível uma gestão mista entre o público e o privado.

Palavras-chave: Turismo; Sistema do Turismo; Superestrutura.

ABSTRACT - Tourism, a complex socio-spatial phenomenon, can be analyzed under the systemic vision, known as Tourism System (Sistur). The objective of this paper is to present a succinct comparative analysis between the way of conception supported by Roberto Boullón and Mário Carlos Beni regarding the "superstructure", which is one of the components of the Tourism System. After the bibliographical research, it was verified that for Beni the superstructure should receive strong performance from the public power, while for Boullón it is possible a mixed management between the public and the private.

Key words: Tourism; Tourism System; Superstructure.

[*] Doutoranda em Geografia (UFPR), Mestre e Bacharel em Turismo (UFPR), Bacharel em Administração (UNESPAR/FAFIPAR), Técnica-administrativa da UFPR. E-mail: alcimarameira@gmail.com

[**] Doutor e Mestre em Ciência da Comunicação (USP), Bacharel em Turismo (UFPR), Licenciado em Estudos Sociais (UFPR). Docente Titular do Departamento de Turismo da UFPR. E-mail: migbahl@ufpr.br

INTRODUÇÃO

Encontrar uma única definição para o Turismo é tarefa que, além de difícil geraria uma discussão estéril (BENI, 2003), haja vista ser um tema que, devido à sua interface com várias áreas do conhecimento, pode ser considerado uma atividade de cunho econômico, cultural, geográfico e/ou social.

O que se tem como consenso é que os atrativos são o ponto de partida da atividade turística, tal qual é a matéria-prima para a indústria, sendo que a diferença entre as atividades citadas é que no turismo não pode ocorrer alteração dos atrativos (transformação da matéria-prima), nem o seu deslocamento para a sede física da Indústria (BOULLÓN, 2002).

Desta forma, é criado um fluxo de pessoas que se deslocam das cidades em que residem para as localidades que detém esses atrativos que podem ser de ordem natural, cultural, construída, permanente ou temporária. A esse contingente de pessoas os autores denominam de demanda turística a qual, quando não são realizados estudos e controles apropriados, podem causar efeitos negativos aos atrativos ou ao espaço em que vivem os residentes do local visitado. Por essa razão, há uma série de obras na literatura do Turismo que orientam gestores públicos e empreendedores sobre as diversas formas de aplicar a gestão no turismo.

O turismo, enquanto fenômeno complexo e transdisciplinar, pode ser analisado sob a ótica da Teoria dos Sistemas, recebendo influência tanto dos agentes internos quanto das ações e estruturas externas ao sistema. Dentre os sistemas cujo tema é o turismo, achou-se pertinente abordar sobre o Sistema do Turismo (Sistur) de Roberto Boullón e Mário Carlos Beni devido às suas aparentes semelhanças.

Assim, tem-se por objetivo no presente trabalho apresentar uma breve análise comparativa entre a maneira de concepção sustentada pelos autores mencionados no que se refere à "Superestrutura", que é um dos componentes do Sistur. Para se alcançar o objetivo, foram realizadas consultas em livros, artigos e documentos para a pesquisa bibliográfica.

Como resultado, verificou-se que Beni apresenta uma Superestrutura que possui dependência da ação do Estado e suas estruturas burocráticas, os quais promovem a gestão por meio: da política (norteadora do planeamento e gestão do turismo), e; do

fornecimento de instalações e serviços de apoio, cabendo aos empresários a função de cuidar da gestão de seus empreendimentos. Enquanto que Boullón sustenta uma Superestrutura que conta com uma gestão compartilhada, na qual as atitudes tomadas para a condução eficiente da atividade turística devem acontecer tanto por parte do poder público quanto dos empreendedores turísticos.

O TURISMO E A NECESSIDADE DE GESTÃO

O turismo, segundo Rose (2002, p. 1), "é uma atividade econômica pertencente ao setor terciário e que consiste em um conjunto de serviços que se vende ao turista". É também, conforme Coriolano (1999), uma atividade sociocultural haja vista os inúmeros encontros que viabiliza entre visitantes e visitados. Para Oscar de la Torre (1997, p. 19).

> O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivo de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Mas não se pode ignorar a alteração na dinâmica do espaço físico onde acontece o cotidiano das pessoas que habitam a localidade, fazendo do turismo um fenômeno socioespacial (NASCIMENTO *et al*., 2013). E assim, tem-se, respectivamente, as diferentes compreensões do turismo pelo viés econômico, cultural, geográfico e social, denotando a complexidade do fenômeno ao qual se constitui um desafio estudá-lo.

Os primeiros registros que se tem da atividade turística remontam à Grécia antiga, onde as viagens existiam para a participação nos Jogos Olímpicos, ou com a finalidade de conhecimento histórico, sendo Heródoto um dos primeiros historiadores que viajou pela Fenícia, Egito, Grécia e Mar Morto (ROSE, 2002). Os romanos, no período do Império, foram os primeiros a viajarem por lazer, pois eles podiam contar com teatros, casas de diversão em locais públicos de reunião, além de um calendário com eventos sociais, religiosos e esportivos (ROSE, 2002). Devido às longas distâncias

percorridas, os romanos faziam paradas para troca de animais e repouso, dando início as primeiras hospedarias (ROSE, 2002).

Desde aquela época aos dias atuais, o ponto de partida do turismo acontece com os atrativos, os quais podem ser: naturais, construídos, nodais, lineares, permanentes, temporários, públicos, privados, voluntários, gratuitos, pagos, de natureza cognitiva (LOHMAN; PANOSSO NETTO, 2012).

No anseio de conhecer ou participar desses atrativos, as pessoas se deslocam até a localidade. Dependendo da quantidade de pessoas que ingressam podem acontecer alguns efeitos positivos como também negativos. Destes, podem ser citados: mercantilização da cultura (GREENWOOD, 1989); influência cultural sobre os residentes (PEARCE, 2001); turismo Imperialista, alterando a organização da economia local (NASH, 1989); sazonalidade, mão de obra com baixa especialização - salários reduzidos, aumento dos índices de furtos, roubos, assaltos e atentados terroristas, suvenires desvinculados da essência cultural local, uso de entorpecentes, bebidas alcoólicas, prostituição e pedofilia (SMITH, 1989); alteração da paisagem, especulação imobiliária, gentrificação de centros históricos (MORAES, 2004); alterações nas dinâmicas socioculturais, na produção do espaço e nos significados de lugares e paisagens (COSTA, 2011).

Nesse sentido, para que os efeitos não acarretem em prejuízos sociais e econômicos - afinal, quando há a visitação excessiva ao atrativo é possível que haja a degradação ou a perda de valor e significado no contexto turístico, tornando-o vulgar, reduzindo o fluxo turístico e, consequentemente, havendo o declínio da demanda turística do lugar - é imperativo fazer a gestão desses recursos.

Etimologicamente, a palavra "gestão" é originária do "termo Latino *gestio*, que expressa ação de dirigir, de administrar e de gerir a vida, os destinos, as capacidades das pessoas e as próprias coisas a que eles pertencem ou que fazem uso" (ANDRADE, 2001, p. 16). Assim, a gestão é uma função desempenhada por alguém que procura direcionar suas ações "à orientação do planejamento, da produção e da distribuição dos bens pelos quais se responsabilizou entregar ou distribuir para serem comercializados" (ANDRADE, 2001, p. 18).

Andrade (2001, p. 17) menciona que os bens (ou recursos, no sentido *lato*) sobre os quais o gestor exerce sua função devem ser considerados como de "natureza

comunitária", pois estão inseridos numa localidade e na dinâmica de vida das pessoas que vivem nessa localidade. Desta maneira, as "políticas e ações para planejamento turístico devem ser desenhadas, de maneira a otimizar e promover os benefícios e reduzir os custos e impactos negativos das atividades vinculadas, em sentido amplo" (IRVING *et al*., 2005, p. 3).

Além de evitar ou mitigar os efeitos negativos da atividade turística, dentre os objetivos da gestão é, tomando como horizonte temporal o de longo prazo, manter o turismo dentro do princípio da sustentabilidade – no sentido de utilização dos recursos pela geração atual sem comprometer o usufruto desses mesmos recursos pelas gerações futuras (UNO, 1987) - e seus pilares, quais sejam: sustentabilidade ambiental; sustentabilidade sociocultural; sustentabilidade econômica; sustentabilidade político-institucional (BRASIL, 2016).

Nesse sentido, no contexto da gestão do turismo deve haver uma miscelânea um tanto quanto contraditória, pois "se associa à permanência em tempo e espaço, construção intra e intergeracional; integração entre passado, presente e futuro; continuidade e inovação. [...] Em realidade, todas as formas de turismo deveriam ser sustentáveis e esse deveria, em tese, ser o compromisso central em planejamento" (IRVING *et al*., 2005, p. 3).

Porém, considerando a multi, inter e transdisciplinariedade do turismo, levou-se um longo caminho até o estabelecimento do ponto de vista mais apropriado a ser tomado pelos gestores do turismo. Acerenza (2002, p. 191-192) mostra que nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial, o turismo foi inicialmente compreendido como fenômeno econômico, com a publicação em 1911 da obra "*Turismo y Economía Nacional"*, de Schullern zu Schattenhoffen. Posteriormente ganhou força a corrente da Psicologia, pois, de acordo com seus adeptos, os deslocamentos são decorrentes não apenas dos períodos de férias, mas principalmente da motivação, sendo uma das primeiras obras desse novo enfoque o "*Ensaio sobre los hechos y los métodos da Psicología del Turismo"*, de Paul Ossipow (ACERENZA, 2002, p. 191-192).

Para outros estudiosos, o Turismo é na verdade a soma de visões individuais, formando um "grande conjunto que exercem influências entre si" (ACERENZA, 2002, p. 192), dando origem à perspectiva sociológica do turismo. Por fim, o quarto enfoque

seria o dado pela Geografia, já que os deslocamentos geram implicações de ordem geográfica, sendo o precursor dessa corrente o geógrafo Charles Reau.

Segundo Acerenza (2002), essas correntes deram origem no continente europeu ao que se pode identificar como escolas, tendo-se como destaque pelas suas contribuições ao Turismo:

- A Escola Berlinesa, cuja orientação é fundamentalmente econômica;
- A Escola Francesa, com inclinação à visão social;
- A Escola Polonesa, que deu início ao estudo psicológico do turismo.

Apesar de cada uma das escolas abordarem o estudo do fenômeno turístico, cada uma delas privilegia o enfoque de sua disciplina âncora. Essa parcialidade na compreensão do turismo tem se revelado insuficiente para abranger o fenômeno integralmente, levando em consideração toda sua complexidade. Para reverter essa situação, surgiu uma corrente, no continente americano, que realiza as análises do turismo a partir do enfoque sistêmico.

A ANÁLISE DO TURISMO (E SEU FUNCIONAMENTO) COMO SISTEMA

A Teoria dos Sistemas, ou o pensamento sistêmico, foi elaborado por Ludwig Von Bertalanffy e publicado no final da década de 1960 (GOMES *et al*., 2014). A ideia central é que os sistemas são constituídos por diversas partes coesas, que interagem entre si, estabelecendo uma relação de interdependência, autorregulável, que absorvem aspectos externos ao seu meio, retroalimentando-se com as informações necessárias (GOMES *et al*., 2014).

Dentre tantos estudiosos que adotam esse viés de análise do turismo, preferiu-se discorrer sobre os Sistemas de Turismo de Roberto Boullón, com a obra Planejamento do Espaço Turístico, e de Mário Carlos Beni, com a obra "Análise Estrutural do Turismo", já que são esses os autores que dão ênfase ao componente "superestrutura" e sua função dentro do Sistema do Turismo.

Boullón (2002) apresentou um modelo analítico que sintetiza o sistema do turismo visto sob o prisma comercial, ao qual ele denomina de "modelo oferta-demanda". Nesse modelo é verificado que o produto turístico é composto por todos os

elementos disponíveis ao consumo, que é a oferta a qual é vendida à uma demanda. Conforme a figura 1, a Superestrutura assume o papel central, gerenciando o sistema através da manutenção e incremento dos equipamentos, infraestrutura e atrativos, e também levando a oferta ao encontro da demanda turística. Afinal, para esse autor, "uma das principais funções da superestrutura não é apenas vigiar, mas intervir ativamente no processo de venda do produto turístico" (BOULLÓN, 2002, p. 63), pois "um serviço só passa a ser produto depois de consumido; antes, não passa de oferta" (BOULLÓN, 2002, p. 43).

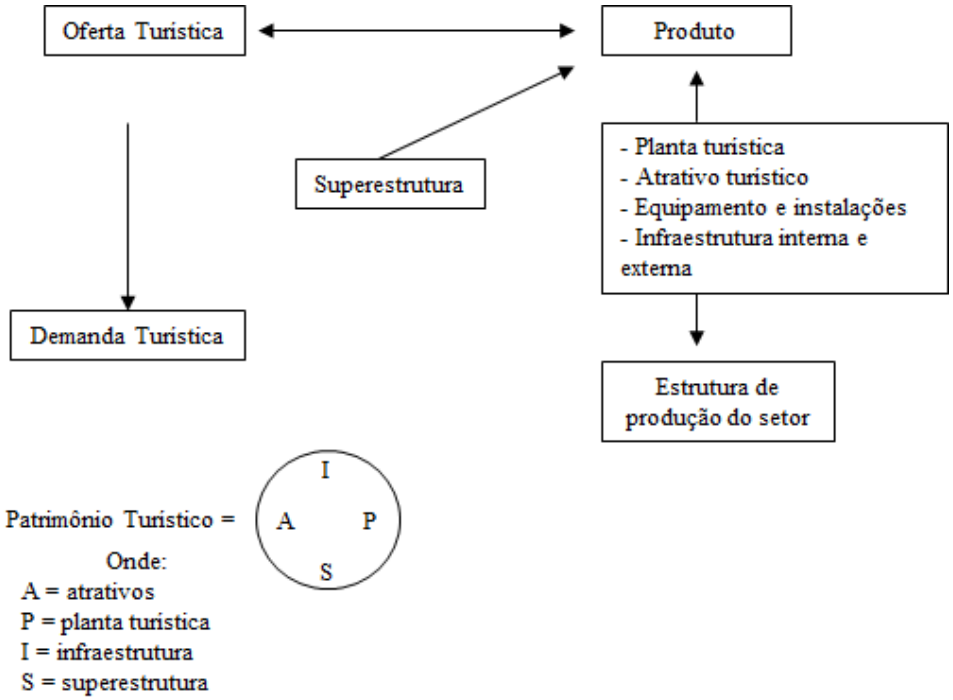

FIGURA 1 - SISTEMA DE TURISMO (SISTUR)
FONTE: Boullón (2002)

Segundo o autor, a Superestrutura é composta por organismos especializados, sejam eles de caráter público ou da iniciativa privada, e têm como principal atribuição "otimizar e modificar, quando necessário, o funcionamento de cada uma das partes que integram o sistema, bem como harmonizar suas relações para facilitar a produção e a venda dos múltiplos e díspares serviços que compõem o produto turístico" (BOULLÓN, 2002, p. 61).

Boullón (2002) entende que há uma divisão de tarefas entre as duas categorias da Superestrutura turística. Dentre as funções da Superestrutura pública estão a

divulgação turística no exterior, o controle preços e da qualidade dos serviços, o planejamento do desenvolvimento, fornecimento de investimentos à iniciativa privada, o fomento ao turismo interno, criação e manutenção do Turismo social e, eventualmente, a construção de instalações e equipamentos destinados à atividade turística (BOULLÓN, 2002).

Já a Superestrutura privada é composta por "organizações que as empresas criaram para compatibilizar e defender seus interesses particulares", sendo integrantes os donos de restaurantes, de meios de hospedagem, agentes de viagens, guias de turismo, organizados sob a forma de conselhos, *conventions* e demais associações, ainda que nem sempre possam apresentar poder na esfera política (BOULLÓN, 2002, p. 63).

Notadamente em algumas situações os organismos oficiais não têm atuado de forma eficiente, e, para contornar tal condição, Boullón (2002, p. 65) indica que a estratégia a ser adotada pelos empreendedores é a implementação do recurso de "autocontrole, a autocrítica e os acordos comerciais internos para enfrentar, como uma estratégia de grupo, a melhoria dos serviços ou, pelo menos, a diminuição de muitos dos obstáculos que os prejudicam".

Diferentemente, no modelo organizado por Beni (2003) a "superestrutura" e a "infraestrutura" integram o conjunto da organização estrutural, exercendo influência sobre a produção turística e representando um *input* para o Sistema de Turismo, como mostrado na figura 2.

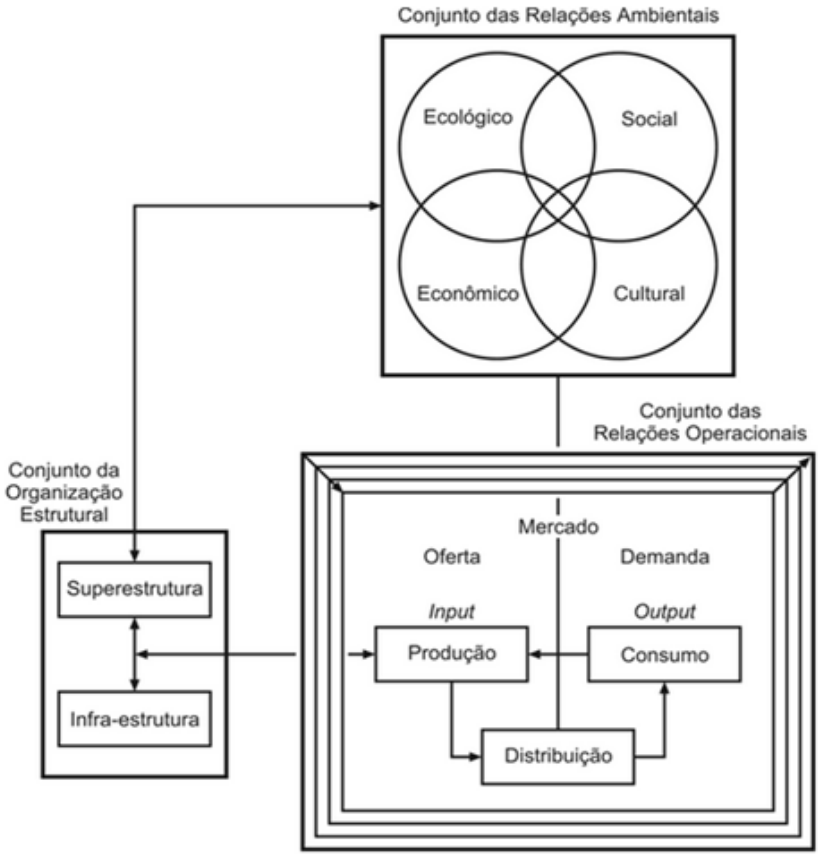

FIGURA 2 – SISTEMA DO TURISMO (SISTUR)
FONTE: Beni (2003)

O autor inicia a abordagem da Superestrutura como sendo composta pelo poder público e pela iniciativa privada:

> Esse subsistema refere-se à complexa organização pública quanto privada que permite harmonizar a produção e a venda de diferentes serviços do Sistur. Compreende a política oficial de turismo e sua ordenação jurídico-administrativa que se manifesta no conjunto de medidas de organização e de promoção dos órgãos e instituições oficiais, e estratégias governamentais que interferem no setor (BENI, 2003, p. 99).

Porém, à medida que o texto discorre, ele vai aumentando o grau de importância da atuação do Estado, Governo, da Política de Turismo e das demais estruturas que estão subordinadas ao Estado, através de seus governantes. Para Beni (2003, p. 102) "A função específica dos órgãos institucionais públicos deverá ser a determinação de prioridades, a criação de normas e a administração de recursos e estímulos. O governo dará as diretrizes e proverá as facilidades".

Diretrizes também são conhecidas como política, a qual irá nortear o planejamento e a gestão, no intuito de potencializar os benefícios e minorar os efeitos adversos além de "criar, desenvolver, conservar e proteger recursos turísticos" (BENI, 2003, p. 109). O planejamento, por sua vez, consiste basicamente no processo no qual se estabelecem os objetivos, além das etapas e as ações necessárias para alcançar esses objetivos, configurando como uma das principais contribuições do planejamento, segundo Beni (2003, p. 110) o impulso que este gera para " uma permanente autoanálise, bem como o exame atual e futuro da posição do setor, de seus métodos de atuação, linha de conduta operacional, estrutura funcional, equilíbrio financeiro, controle, eficiência e direção".

"Prover as facilidades" seria outra atribuição do Estado. Ao empreendedor cabe a exploração, implantação e controle de seus negócios que possuem relação direta, ou até mesmo indireta, com o Turismo, não tomando a frente dos serviços e instrumentos de apoio ao Turismo, pois:

> [...] a ação estatal somente será necessária quando se tratar de serviços ou equipamentos de apoio à atividade turística - sistematização e difusão de informações turísticas; centros de convenções, de exposições e feiras; centros de artes; terminais e outras instalações de embarque, desembarque e trânsito de passageiros; centros de comercialização de produtos de arte popular e outros serviços ou equipamentos comparáveis - ou de infraestrutura (saneamento básico, abastecimento de água, energia, etc.); ainda nos casos pioneiros, em que a iniciativa esteja claramente desinteressada; nas associações entre o setor público e o privado, agindo este como executor e aquele como estimulador." (BENI, 2003, p. 102)

O autor ainda relaciona que compete ao Estado outros investimentos sociais como programas de turismo socializado, para que seja facilitado o acesso ao turismo pelas classes menos favorecidas economicamente. Do outro lado, os empresários têm de investir na qualificação de mão de obra e aperfeiçoamento de pessoal, mesmo que para isso seja reduzida sua margem de lucro (BENI, 2003).

Assim como Boullón (2002), Beni faz menção a uma parceria público-privada como uma eficiente maneira para enfrentar problemas como a:

> [...] escassez pública de recursos financeiros disponíveis; a quase ausência de Recursos Humanos realmente especializados mais centrados na concepção ágil, na atuação holística, com conhecimento de fato de seus setores de intervenção; o recuo do espírito de risco e inovação do empresariado em face de alterações súbitas no mercado financeiro internacional e nacional; uma

> política inidentificável que está a marcar os países emergentes em comparação com a rápida reação positiva dos assim chamados desenvolvidos (BENI, 2003, p. 119).

A partir das obras de Boullón (2002) e Beni (2003) verifica-se que ambos construíram modelos para a análise do turismo sob a perspectiva dos Sistemas Abertos e ambos têm concepções semelhantes sobre a "Superestrutura" no que se refere ao seu papel e expectativa de desempenho dentro do SisTur. Porém, a forma como é dividida as atribuições e responsabilidades entre o poder público e iniciativa privada é muito diferente.

Boullón (2002) apresenta a "superestrutura" como um conjunto em que todos os envolvidos com a atividade turística precisam trabalhar juntos para que sejam facilitadas a produção e venda do produto turístico. Faz algumas críticas à atuação dos órgãos públicos que se desvirtuam do seu foco principal de atuação e não buscam aprimorar o conhecimento conceitual, mas não deixa de mencionar que a iniciativa privada precisa buscar seus objetivos sem depender exclusivamente do poder público.

Já o autor brasileiro desenha um Sistema de Turismo muito apoiado nas ações do Estado e dos Governos, através de diversas instituições e organizações públicas voltadas à execução de planos, programas, projetos todos calcados numa política unificada e executada a nível nacional. Para Beni (2003, p. 125), é o Estado a "'mão oculta'[1] que dirige a política da área".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além das questões da Superestrutura, o poder público também é responsável pela construção e manutenção da infraestrutura e serviços que sustentem as estruturas sociais, fazendo parte deste rol a educação, saúde, transportes, comunicações, energia, os quais também são chamados de "capital social fixo", pois atendem as necessidades da população geral (BOULLÓN, 2002, p. 58). Os atrativos constituem a essência da oferta turística, podem até deslocar uma demanda turística, mas a permanência no local

[1] Uma alusão ao termo introduzido pelo economista Adam Smith, na sua obra Riqueza das Nações, o qual afirmava que havia uma "mão invisível" orientando a economia de mercado.

está estreitamente relacionada com a infraestrutura urbana, equipamentos e serviços de apoio (BENI, 2003).

Gerenciar Infraestrutura e Superestrutura, sem falar nas relações de ordem jurídica, econômica e legislativa, acarreta numa infinidade de obrigações para o Estado e Governo, exigindo de todos os que neles atuam. Logo, tem-se verificado que há uma falha no desempenho do papel da Superestrutura pública, o que foi relatado por ambos os autores.

Boullón (2002) atribui essa deficiência como consequência ao desconhecimento conceitual do que vem a ser de sua alçada, controlando aquilo que não é necessário (como por exemplo, inventariando equipamentos que são utilizados majoritariamente por residentes, já que tais empreendimentos estão afastados do espaço em que circulam a maior parte dos turistas) e descuidando dos "lugares e estabelecimentos que mais precisam de sua intervenção" porque, devido ao erro de definição de critérios, foram excluídos do inventário turístico (BOULLÓN, 2002, p. 64).

Para Beni (2003), a administração pública ainda não conseguiu realizar uma análise completa de cada um dos componentes do sistema, por dispensar maior atenção à composição estrutural do governo do que ao exercício das funções. "Por motivos históricos, administração pública é dividida em departamentos, divisões, seções que, em geral, não tem importância para os verdadeiros componentes do sistema" (BENI, 2003, p. 28).

De uma forma geral, "Administração é o único controle efetivo de que se dispõe para indicar as causas dos desajustes entre os conjuntos de subsistema em relação ao sistema global e determinar procedimentos de correção e de retorno ao equilíbrio, a fim de otimizar as relações entre funções e operadores" (BENI, 2003, p. 47).

E assim, cabe ao profissional do Turismo buscar o conhecimento técnico-científico sem deixar de lado a construção de habilidades para lidar com as estruturas burocráticas da administração pública, caso decida atuar na Superestrutura oficial, ou então a persistência e a capacidade de inovar e (re)inventar, caso compreenda que a Superestrutura da iniciativa privada seja o seu lugar.

REFERÊNCIAS

ACERENZA, M. A. **Administração do turismo**: conceituação e organização. Tradução Graciela Rabuske Hendges. Bauru (SP): EDUSC, 2002.

ANDRADE, J. **Gestão em lazer e turismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

BENI, M. C. **Análise estrutural do Turismo**. 8. ed. Atual. São Paulo: Ed. Senac SP, 2003.

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Tradução de: BAPTISTA, J. V. Bauru (SP): EDUSC, 2002.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo e sustentabilidade**: orientações para prestadores de serviços turísticos. Brasília, 2016. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/images/pdf/06_06_2016_mtur_guia_turismo_sustentabilidade.pdf. Acesso em: 19 set. 2017.

COSTA, C. R. R. da. Turismo e produção do espaço: uma contribuição ao estudo da Geografia do Turismo. **Ciências Humanas em Revista** (UFMA), São Luiz, v. 8, p. 1, 2011. Disponível em: http://www.academia.edu/6716124/TURISMO_E_PRODU%C3%87%C3%83O_DO_ESPA%C3%87O_UMA_CONTRIBUI%C3%87%C3%83O_AO_ESTUDO_DA_GEOGRAFIA_DO_TURISMO. Acesso em: 17 ago. 2017.

CORIOLANO, L. N. M. T. Turismo e degradação ambiental no litoral do Ceará. In: **Turismo**: impactos socioambientais. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

GOMES, L. B.; BOLZE, S. D. A.; BUENO, R. K.; CREPALDI, M. A. As origens do pensamento sistêmico: das partes para o todo. **Pensando Família**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, dez-2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000200002. Acesso em: 20 set. 2017.

GREENWOOD, D. J. La cultura al peso: perspectiva antropológica del turismo en tanto proceso de mercantilización cultural. In: SMITH, V. L. (Ed.). **Afitriones e invitados**: Antropología del turismo. Madrid: Ediciones Endymion, 1989. p. 257-279.

IRVING, M. de A.; BURSZTYN, I.; SANCHO, A. P.; MELO, G. de M. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p. 1-7, 2005. Disponível em: http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/98/93. Acesso em: 25 ago. 2017.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do Turismo**: 2. ed. ampl. e atual. São Paulo: Aleph, 2012.

MORAES, S. T. Considerações sobre a produção do "espaço turístico" na contemporaneidade. **Turismo Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v. 6, n. 3, p. 277-293, set-dez/2004. Disponível em: https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/1062/871. Acesso em: 18 ago. 2017.

NASCIMENTO, A. M. V. do; ROCHA, L. K. S.; AZEVEDO, F. F. de; MORAIS, I. R. D. Turismo e Transformações Socioespaciais: uma aproximação teórica e conceitual. **Turismo & Sociedade**. Curitiba, v. 6, n. 2, p. 388-407, abril de 2013. Disponível em: http://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/31933/20355. Acesso em: 19 set. 2017.

NASH, D. El turismo considerado como una forma de imperialismo. In: SMITH, V. L. (Ed.). **Afitriones e invitados**: Antropologia del turismo. Madrid: Ediciones Endymion, 1989. p. 69-91.

PEARCE, P. L. A relação entre residentes e turistas: literatura sobre pesquisas e diretrizes de gestão. In: THEOBALD, W. F. (Org.). **Turismo Global**. Tradução de: CAPOVILLA, Ana Maria; CUPERTINO, Maria Cristina Guimarães; PENTEADO, João Ricardo Barros. São Paulo: Senac, 2001. p. 145-164.

ROSE, A. T. de. **Turismo**: planejamento e marketing. Barueri (SP): Manole, 2002.

SMITH, A. **A riqueza das nações.** Tradução de: RODRIGUES, A. A.; OSTRENSKY, E. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SMITH, V. L. (Ed.). **Afitriones e invitados**: Antropologia del turismo. Madrid: Ediciones Endymion, 1989.

TORRE PADILLA, O. de L. **El turismo**: fenómeno social. 2. ed. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1997.

UNITED NATIONS ORGANIZATION (UNO) - **Report of the World Commission on Environment and Development**. 96th plenary meeting, 11 December 1987. Disponível em: http://www.un.org/documents/ga/res/42/ares42-187.htm. Acesso em: 19 set. 2017.